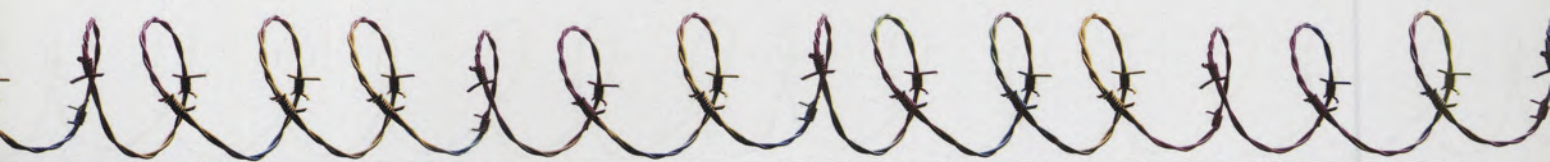


Gás

encanado

Crise entre Brasil e Bolívia tem mais razões geopolíticas do que econômicas

CARLOS HAAG



MIGUEL BOYAYAN FOTO ARAME FARPADO

TASSO MARCELO/AE

Nacionalização da Petrobras: erros do passado

Nem sempre a Bolívia esteve sob a influência de venezuelanos polêmicos. Simón Bolívar, por exemplo, em honra de quem o país foi batizado, queria que a nova nação fosse “uma associação de indivíduos livres e iguais, fraternos, unidos por um mesmo projeto, um mesmo contrato”. Numa carta, escrita pouco antes de morrer, em 1830, o Libertador desabafou, menos entusiasta e mais realista: “Este país vai cair, inevitavelmente, nas mãos da massa desorganizada para passar, depois, para as de tiranos quase imperceptíveis, de todas as cores e raças”. A “nação de iguais”, hoje, quase se transformou na *boutade* dita, no século passado, por um diplomata espanhol: “A Bolívia é um *nonsense* geográfico”. Miserável, despovoada, tendo perdido 53% de seu território no primeiro século de existência independente, sem saída para o mar, com quase 190 golpes

de Estado em sua biografia, o sonho de Bolívar é uma colcha de retalhos de mais de 36 nações indígenas encarapitadas nos Andes em total contraponto a uma minoria branca concentrada nas regiões orientais, em especial Santa Cruz, em luta contra a sua “bolivianização”.

Lesse país arrancou agora protestos patrióticos de brasileiros que não perdoam a ousadia do vizinho pobre que “meteu a mão” na Petrobras e no nosso gás. “Sem rodeios, estou preocupado com a deterioração da democracia nos países que você mencionou”, afirmou, em entrevista recente,

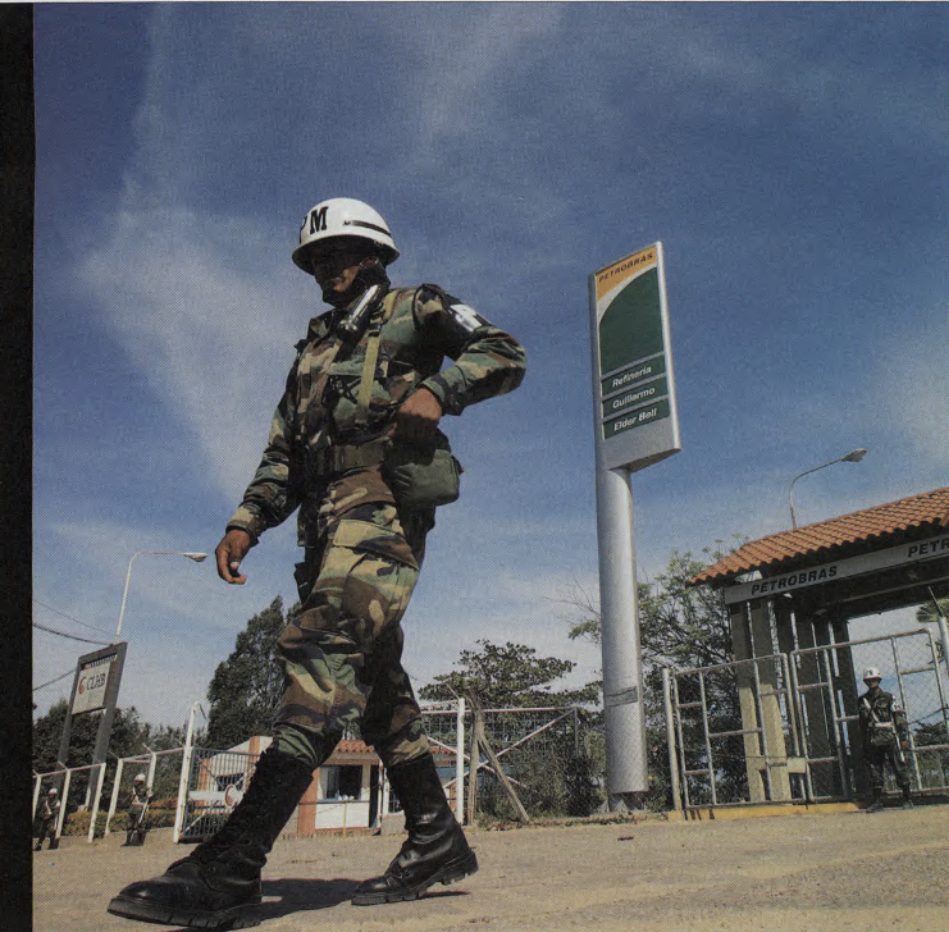
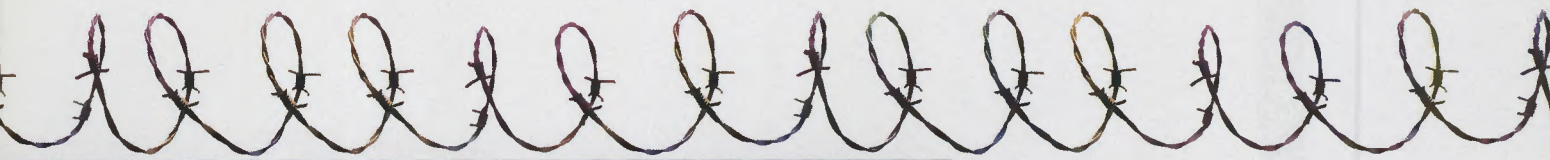
o presidente americano George W. Bush, referindo-se à Venezuela e à Bolívia. Curiosamente, a eleição de Evo Morales foi resultado de um desejo democrático boliviano de, enfim, conseguir um país unificado. “Antes de dirigir suas baterias contra o Brasil ou o Chile, o que ele quis foi tentar uma unidade política num Estado que é quase fictício, dividido pela questão étnica. Ele nunca teve expressividade na sociedade boliviana e seu partido, o MAS, guardadas as proporções, era um arranjo a toque de caixa como o PRN, de Fernando Collor. Evo, porém, foi eleito. Não por ser socialista, revolucionário etc., mas por ser índio”, explica José Alexandre Hage, autor da tese de doutorado *Bolívia, Brasil e o gás natural*, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). “Hoje os 80% de índios da Bolívia podem se sentir simbolizados por um irmão que iria tentar unir a todos num bem comum, com distribuição de renda por meio da nacionalização dos hidrocarbonetos. Se vai dar certo, é

outra história. Mas o simbolismo político da ação é de um sucesso inegável.”

Segundo Hage, a projeção nacional brasileira, tanto pela promoção do poder quanto pela via integrativa, sempre gerou desconfiança entre os vizinhos imediatos. “A queixa é a de que a nossa política externa trazia gravada em sua alma o comportamento de ‘hegemonismo’ em detrimento dos fronteiriços e sempre se temeu que o Brasil exercitasse uma ‘divisão do trabalho latino-americana’, em que ele exportasse produtos manufaturados e forçasse os sócios a se concentrar na exportação de produtos agrícolas e primários.” E essa desconfiança não é atual. “*Señores Disputados: um vecino poderoso confiado quizá em su propia fuerza pretende desconocer al derecho, pero el pueblo boliviano debe asumir una defensa heróica de sus atributos.*” O discurso, que parece saído da boca de Morales ontem, em verdade foi feito em 1958 por um deputado boliviano contra o Brasil. Os que louvam o Barão do Rio Branco pela forma firme como lidou com o conflito de 1903 com a Bolívia se esquecem de mencionar que, à sua ação, seguiram-se décadas de saias (dança típica boliviana) justas entre as duas nações. Os bolivianos logo se deram conta de que sua geopolítica passava pela posse dos hidrocarbonetos e foram pioneiros ao criar, em 1936, a sua Petrobras, a YFPB. “O projeto desenvolvimentista de Vargas necessitava superávit de petróleo para conseguir a substituição de importações e a industrialização. Daí o tratado sobre saída e aproveitamento de petróleo boliviano, em que o ditador brasileiro se comprometia a construir uma estrada de ferro para o escoamento do petróleo boliviano”, conta Hage.

Depois do movimento nacionalista de 1952, em que um grupo de trabalha-

dores indígenas e camponeses estatizou minas e fez a reforma agrária, o Brasil voltou à carga. Em 1958, com os Acordos de Roboré, o governo brasileiro se comprometeu a comprar todo petróleo da Bolívia, dando emprego ao gás natural, bem como prometeu fazer o transporte por um gasoduto ligando Santa Cruz ao Sudeste do Brasil, colaborando, de quebra, com a construção de infra-estruturas proveitosas para o vizinho pobre. Assim, não é de hoje que o país investe na Bolívia a fim de manter a estabilidade política desejável para salvaguardar os nossos empreendimentos em solo boliviano. Mas a nossa diplomacia mudou, e muito. “Acho até que um certo componente ideológico pode estar presente nas negociações entre o



JONNE RORIZ/AG

Soldado em frente da refinaria brasileira

governo Lula e Morales, mas não pautam as discussões. A reação do Brasil à nacionalização segue um modelo de quase 15 anos desenvolvido pelo Itamaraty que prega a integração entre os países da América Latina como forma de inserção segura do Brasil de forma a barrar o poder da Alca”, analisa o pesquisador.

Segundo Hage, a geopolítica nacional passou da “arrogância” anterior, em que nos víamos como líderes natos e capazes de ser contraponto aos EUA, como se pensava nos anos 1950 e 60, para uma visão de conciliação, mais moderna e “humilde”. “A partir dos anos 1990, a nossa diplomacia assume a estratégia de amenizar a imagem de país subimperialista e passa a jogar suas fichas no papel de condutor de uma inte-

gração com as Américas, abrindo mão de se projetar por si mesmo”, explica Hage. Antes disso, só se pensava numa cooperação entre Brasil e Argentina, como se os outros vizinhos não importassem. Collor se empenhou nisso com o Tratado de Assunção e, depois de 1994, com FHC, o governo brasileiro chegou a ponto de achar que o Mercosul era pouco: era preciso atrair a comunidade andina para o bloco integrado. O gasoduto Brasil-Bolívia, o Gasbol, embora acalentado desde os tempos de Geisel, é resultado concreto dessa nova política diplomática de simpatia pelos nossos

hermanos. Ao lado disso havia o aspecto prático.

Em 1993 o físico Pinguelli Rosa e o grupo do Cop (Conferência das Partes) já alertavam para o potencial esgotamento das reservas energéticas brasileiras, antevendo uma crise de energia elétrica. Sem condições de construir rapidamente (sem falar nos altos custos) novas usinas, a solução parecia estar nas termoeletricas, que faziam o gás boliviano ainda mais atrativo em termos econômicos do que diplomáticos. Segundo Hage, de investimento menor e maior rentabilidade, eram um convite para a entrada de empresas estrangeiras. Daí, observa, a privatização de empresas como a Comgás. “Assim, há um certo oportunismo de muitos políticos e velhos diplomatas em atacar a reação do governo atual à ação da Bolívia. Pode-se gostar ou não do governo Lula, mas o que ocorreu foi o *grand finale* do que havia começado anos antes, durante o governo FHC. Não se pode culpar exclusivamente o governo atual, apenas lamentar que tenham mantido o mesmo modelo, calcado sobre a falácia de que a integração é a solução dos problemas do mundo globalizado”, avisa o professor. “O que o governo Morales demonstra, ainda que em escala modesta, é uma característica dos países que têm nos recursos energéticos o seu maior trunfo ou vulnerabilidade. O Brasil não pode mais encarar esse problema com romantismo, apegado ao plano estratégico de inserção via integração física, o que o leva a suportar melindres dos vizinhos em nome de algo maior, a unidade sul-americana. Como já dizia Afonso Arinos, “o ato de se integrar regionalmente subentende, em princípio, que há o apego e o respeito à afirmação nacional dos países, e não o contrário”. Só se integra quem não se entrega. •